

Um chamamento à Responsabilidade

Marcel Bursztyn, Melissa Curi, Carlos Hiroo Saito

doi:10.18472/SustDeb.v11n2.2020.33457

A literatura é pródiga em referências sobre a dupla característica dos tempos de crise. Uma imagem frequente (e controversa) nos textos é a do ideograma chinês, que no caso combina as expressões risco e oportunidade. Controversa por que os estudiosos do mandarim consideram que a transliteração não é exatamente esta. Em todo caso, a alegoria é conveniente.

Crises são momentos em que perigos são mais latentes; e são também momentos que oportunizam decisões mais ousadas, que podem conduzir a soluções. Ou seja, crises são portadoras de mudanças e estas podem levar a progressos em diferentes esferas. Mas podem, também, levar a tragédias.

A crise da pandemia do Covid 19, que se abateu sobre o mundo neste ano de 2020, ainda não está debelada e já nos mostra lições (boas e ruins). Dentre as boas, vale mencionar a notável mobilização da ciência e a constatação de que esta é a melhor forma de antever e enfrentar ameaças à vida no nosso planeta, e também a evidência de que temos de agir com visão mais ampla do que apenas o curto prazo.

Nunca a noção de sustentabilidade, em sua acepção mais abrangente, durável e radical, foi tão clara! Dentre as lições ruins, há um verdadeiro calvário de exemplos: o negacionismo da ciência; o egoísmo *curtoprazista* dos que não abrem mão da rentabilidade imediata dos seus investimentos (mesmo que isso implique riscos de perdas futuras); o desmonte do Estado de Bem-Estar Social; o racismo e outras formas de exclusão social e a emergência de discursos (políticos e pseudocientíficos) de charlatões, que lançam e propagam fórmulas miraculosas de solução sem qualquer fundamento científico.

Tudo isso acontece em um momento muito particular da história. A Covid-19 chegou rapidamente e logo se propagou, graças à enorme circulação de pessoas e mercadorias pelo mundo. Um mundo marcado pela ascensão de governantes ávidos por colocar em prática ideias que vão no sentido oposto aos ideais de bem-estar, solidariedade, paz e responsabilidade, que pareciam ser legados do século XX.

A grande crise ambiental da sociedade industrial provocou uma mobilização de crescentes setores da sociedade, no sentido de tornar o Estado, em todo o mundo, um ator-chave na garantia do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida e do meio ambiente em geral. Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, o tema ganhou dimensão planetária. Aos poucos, cada país foi criando suas estruturas institucionais para tratar do meio ambiente. Vários protocolos internacionais foram estabelecidos e legislações criadas. Mas o século XXI trouxe surpresas negativas, principalmente nos anos recentes. Dois exemplos são eloquentes.

Primeiramente, eleição do magnata Donald Trump, nos Estados Unidos, representa um marco na inflexão dos ideais que pareciam ser legados do século anterior. Logo de início, Trump nomeou para dirigir a EPA (a Agência de Proteção Ambiental do país) um proeminente cético das mudanças climáticas (Scott Pruitt), que tratou de minimizar o papel regulatório daquele organismo. Em razão de denúncias sobre escândalos, Pruitt teve de renunciar em 2018, sendo substituído por Andrew R. Wheeler, conhecido lobista da indústria do carvão.

O segundo exemplo vem do Brasil. A eleição do extremista de direita Jair Bolsonaro, que assumiu a Presidência da República em 2019, representou uma forte guinada negacionista da relevância do controle do desmatamento, da proteção aos povos originários, da aplicação da legislação sobre

crimes ambientais, do controle sobre o uso de agrotóxicos, dentre outros recuos do enfrentamento da questão ambiental. Bolsonaro, que já havia sido autuado por violação de normas ambientais, optou por demitir o dirigente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, organismo reconhecido internacionalmente pela sua competência, quando este mostrou os alarmantes dados sobre desmatamento na Amazônia. Nos dizeres daquele que foi escolhido para a função de Ministro do Meio Ambiente, o governo deveria aproveitar a oportunidade aberta pela pandemia do Covid-19, quando a imprensa está focada no tema da saúde, para literalmente “abrir a porteira” e “deixar a boiada passar”, em alusão à desconstrução dos instrumentos regulamentares e das práticas de proteção ambiental.

São dois exemplos preocupantes, que infelizmente não podem ser vistos como casos isolados. A atitude de alguns dirigentes políticos, diante da pandemia, também revela a falta de empatia e de responsabilidade frente aos riscos da exposição das pessoas a uma enfermidade que pode ser letal. A tentação populista seduz tiranos, aventureiros e oportunistas. Boris Johnson, no Reino Unido, só se convenceu da gravidade do problema quando ele próprio foi acometido pela doença. Trump se esforça, a cada dia, em negar a realidade e em tentar transferir a responsabilidade sobre os efeitos da precaução aos governadores que lhe fazem oposição. Na Belarus, o tirano Lukascenko, no poder desde 1994, ironiza a gravidade da pandemia, ao sugerir que a melhor prevenção é a combinação de sauna e vodka. No Brasil, Bolsonaro insiste que o uso da cloroquina, que a ciência comprovou ser ineficaz e trazer efeitos colaterais graves, resolve o que ele considera uma “gripezinha”.

O discurso de que a economia está sendo prejudicada pelas medidas de combate ao covid-19, que seriam alegadamente exageradas e desnecessárias, mostra uma versão da necropolítica fora dos contextos de guerra militarizada. Um genocídio se encontra em curso, que por sinal é seletivo.

Nunca os princípios da responsabilidade, da precaução e da prevenção, tão caros ao desenvolvimento sustentável, foram tão atuais e imperativos! Nunca, o conceito de inclusão e respeito à vida de toda a humanidade se fez tão necessário.

Neste difícil momento de graves riscos e de necessária ação responsável, *Sustentabilidade em Debate* lança, nesta sua segunda edição de 2020, nove artigos no Dossiê temático “Modelagem de Sistemas Ambientais e Gestão da Paisagem” e quatro artigos na seção *Varia*, que serão apresentados a seguir.

O primeiro artigo da seção *Varia* “Conectando migração, clima e proteção social no Semiárido brasileiro: estudos de caso do Submédio São Francisco e Seridó Potiguar”, dos autores Ana Claudia de Almeida, Alisson Flávio Barbieri e Saulo Rodrigues Filho, faz uma análise sobre o nexos entre secas, migrações e proteção social na região do Semiárido, com base na discussão conceitual em torno de dois estudos de caso: o Submédio São Francisco e o Seridó Potiguar.

No artigo “Efeito a curto prazo da adição de nitrogênio no solo de uma floresta urbana”, os autores Bruno Moraes Nascimento *et al.* apresentam os resultados de um experimento realizado para investigar os efeitos da adição de nitrogênio na respiração do solo, durante cinco dias, na Floresta da Tijuca.

Os autores Victor Marchezini *et al.*, no artigo “Política pública de auxílio financeiro para resposta a desastres no Brasil, no período 2013-2017”, com base nos dados dos decretos de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública e dos custos de socorro e resposta a desastres no país, realizam um levantamento sobre o uso e os gastos destas políticas públicas.

Por fim, o artigo “Mudanças climáticas e o urbanismo insustentável no município de João Pessoa, Paraíba, Brasil”, dos autores Letícia Palazzi Perez, Andrea Leal Porto Sales e José Augusto Ribeiro da Silveira, a partir de dados espaciais do desflorestamento recente de João Pessoa, analisam as características jurídicas e socioambientais da expansão urbana da cidade e como a política urbana e ambiental municipal têm catalisado processos de injustiça socioambiental.

Os Editores